

EXPERIÊNCIA NA CIDADE E LEITURA DA HISTÓRIA: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA HISTÓRIA EM MANGUINHOS, UMA FAVELA CARIOCA

Daniel Pinha, Doutor em História Social da Cultura pela PUC-Rio (2012). Atualmente é Professor do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do PROF HISTORIA – Mestrado Profissional em Ensino de História. É pesquisador da COMUM – Comunidade de Estudos em Teoria da História da UERJ e do NUBHES – Núcleo de Estudos sobre Biografia, História, Ensino e Subjetividades UERJ. Coordenou a pesquisa para elaboração da exposição “Manguinhos: território em transe”, como bolsista da Coordenadoria de Cooperação Social da FIOCRUZ, entre os anos de 2011 e 2014, danielpinha@yahoo.com.br

Resumo: O artigo discute os desafios impostos à produção e difusão do conhecimento histórico em narrativas que tematizam a ação de sujeitos que vivenciam a experiência da cidade em uma condição específica, qual seja, a de moradores de favelas. Esta reflexão é impulsionada pela análise de um caso: o preparo e a circulação da exposição itinerante “Manguinhos: território em transe”, sobre a história da ocupação e das disputas sociais ocorridas na favela de Manguinhos, localizada na zona do Rio de Janeiro. Duas questões orientam esta reflexão: em que medida o contexto de experiência na favela, marcado pela condição hegemônica de *negação* a condições mínimas de cidadania afeta as narrativas históricas produzidas sobre territórios dessa natureza? De que modo esta relação com o território e a cidade moldam uma forma peculiar destes leitores compreenderem a história local, tornada pública naquela exposição?

Palavras chave: Manguinhos, Favela, História Local, História Pública.

Experience in city and reading of History: production and circulation of history in Manguinhos, a favela of Rio de Janeiro

Abstract: The article discusses the challenges imposed on the production and dissemination of historical knowledge in narratives about action of subjects who experience the city experience in a specific condition, that is, that of slum dwellers. This reflection is driven by the analysis of a case: the preparation and circulation of the traveling exhibition "Manguinhos: territory in transe", about the history of occupation and the social disputes that took place in the favela of Manguinhos, located in Rio de Janeiro. Two questions conduce to this reflection: to what extent does the context of experience in the favela, marked by the hegemonic condition of denial of minimal conditions of citizenship, affect the historical narratives produced on territories of this nature? How does this relation with the territory and the city construct a peculiar form of these readers to understand the local history, made public in that exhibition?

Key-words: Manguinhos, Favela, Local History, Public History.

Data de submissão: 2018-02-09
Aprovado em: 2018-03-15
Publicado em: 2018-05-05

De modo mais amplo, o artigo discute os desafios impostos à produção e difusão do conhecimento histórico em narrativas que tematizam a ação de sujeitos que vivenciam a experiência da cidade em uma condição específica, qual seja, a de moradores de favelas. Esta reflexão é impulsionada pela análise de um caso: o preparo e a circulação da exposição itinerante “Manguinhos: território em transe”, sobre a história da ocupação e das disputas sociais ocorridas na favela de Manguinhos, localizada na zona do Rio de Janeiro. Trata-se de um público especialmente vulnerável às desigualdades sociais e aos seus meios de reprodução, contando ainda com uma história e um *estigma* que conformam um lugar subalterno diante do restante da cidade. Neste sentido, a afirmação de valores fundamentais ao modelo democrático e cidadão – como o direito à vida digna, liberdades políticas e civis e meios básicos de subsistência material –, tão privilegiados na história ensinada na escola e na produção historiográfica acadêmica, são negados cotidianamente a esses habitantes da cidade e esvaziados de sentido para eles, obrigados que são a interagir com um contexto social de experiência marcado por uma *hegemonia da negação* desses valores. Ou seja, a favela se constitui como um *território de exceção* por manter em suspensão as prerrogativas constitucionais pertinentes não só aos direitos sociais – algo que acontece em diferentes partes do território nacional, tendo em vista a enorme desigualdade social brasileira – mas porque nela há a limitação cotidiana deste e de todos os direitos civis e políticos. Tal contexto de experiência, forjado a partir da relação do morador da favela com a cidade, afeta diretamente o modo como os moradores narram e se apropriam da história local, seja 1. no sentido de reforçar os laços culturais de pertencimento por meio da identidade local e da afirmação de uma subjetividade, seja 2. utilizando a história como instrumento capaz de amparar as lutas políticas do presente pelo direito à cidade e à cidadania. Em torno destes dois eixos que o artigo se desdobra.

Os sujeitos e a cidade

Há um quadro de iniquidades marcantes que caracterizam a história da cidade do Rio de Janeiro e da sociedade brasileira como um todo, relacionados diretamente à configuração espacial de Manguinhos, favela da zona norte do Rio de Janeiro. Trata-se de um território que, pelo menos desde os anos iniciais do século XX, sofreu diferentes

processos de ocupação, formando hoje um Complexo de Favelas que reúne 14 comunidades¹.

Muitos foram os motivos para a ocupação deste local, associados tanto a dinâmica do trabalho quanto ao processo de remoção de outras áreas da cidade: trabalho na construção e operação da atual Fundação Oswaldo Cruz, nos processos de edificações e abertura da Avenida Brasil; remoção de bairros valorizados pela especulação imobiliária da cidade, resultantes de projetos urbanos que associavam ordem urbana à desocupação da população pobre de áreas consideradas nobres; processos de remoção em favelas próximas à região de Manguinhos; dentre outros. A favela do Amorim, por exemplo, originária de princípios do século XX, era formada, principalmente, por trabalhadores da construção civil que ergueram o Castelo da FIOCRUZ e queriam residir perto do trabalho. A expansão da linha férrea também atraiu trabalhadores de outras áreas da cidade. A partir de 1901, moradores removidos do centro da cidade e imigrantes portugueses também ajudaram a ocupar a região (FERNANDES; ROSA, 2009).

De acordo com informações disponibilizadas pelo Instituto Pereira Passos (IPP) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a partir de dados do censo 2010 do IBGE, há cerca de quarenta mil habitantes residindo em Manguinhos. Registra-se nesse território, atualmente, o quinto pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município do Rio de Janeiro. O cotidiano dos habitantes é marcado pela convivência com todo o tipo de violação de direitos: restrições materiais essenciais, violência pública e privada, degradação socioambiental são alguns exemplos.

Manguinhos se caracteriza, nesse sentido, como um território de exceção porque nele não estão em funcionamento princípios de um território de direitos, em consonância com o modelo de cidadania conforme pactuado pela Constituição de 1988. Trata-se de um lugar caracterizado politicamente pela “noção de ausência”, ou seja, por possuir uma configuração social reconhecida “pelo que ela não é ou pelo que ela não tem”, situação derivada da ausência/insuficiência de políticas públicas que alcancem as demandas locais.

¹ São elas: CHP2, Conjunto Habitacional Nelson Mandela, Parque João Goulart, Vila Turismo, Parque Carlos Chagas (Varginha), Mandela de Pedra, Nova Embratel, Samora Machel, Parque Oswaldo Cruz (Amorim) e Conab (Vitória de Manguinhos). Com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, áreas que até então eram vistas como próximas a Manguinhos, como CCPL e DSUP (hoje chamada de Predinhos, que abriga a Biblioteca Parque Manguinhos) foram incorporadas como Complexo de Manguinhos, para serem atendidas pelos programas sociais do PAC. O complexo inclui mais quatro comunidades: CCPL, Vila União, Vila São Pedro e Comunidade Agrícola de Higienópolis.

Isto, por sua vez, é também resultado de um sistema sócio econômico que inclui a massa de trabalhadores de maneira subordinada, com restrições econômicas e violação de direitos. Tais territórios estão por vezes sob o controle de grupos armados privados – no contexto do Rio de Janeiro, grupos de traficantes de drogas ou de milicianos – incorporando-se às iniquidades socioeconômicas e ambientais, os estigmas da violência e da criminalização da pobreza em um cenário de cerceamento dos direitos civis e políticos – tais como, o direito de ir e vir, reunião e de associação política, manifestação pública de oposições, dentre outros. Tal exceção e privação de direitos, resultado histórico da formação das favelas no cenário carioca, não nega aos moradores a condição de sujeitos históricos formadores de identidades locais próprias, ao contrário, a potencializa.

O quadro de educação na comunidade é reflexo imediato dessa situação social mais ampla. A comunidade de Manguinhos tem um índice baixo de escolarização e poucas ambiências ligadas a uma cultura construtiva de educação formal. Um indicador importante, nesse sentido, é em relação a escolaridade dos provedores das famílias: de acordo com do IPP, apenas 12% alcançaram o Ensino Médio, enquanto 3% chegaram a cursar o Ensino Superior, sem necessariamente ter concluído o curso. Dados do Censo Escolar 2013 da Secretaria Estadual de Educação indicam, por exemplo, que apenas a metade dos alunos matriculados no ensino médio residentes nas comunidades de Manguinhos tem entre 15 e 18 anos, faixa etária considerada adequada para esse nível de ensino, pondo em evidência, desse modo, a defasagem idade-série correspondente à demanda por ensino médio nesta população.

Associa-se a esse quadro, uma contínua requalificação do estigma histórico do morador de favela, reiterado através de diversos tipos de criminalização da pobreza (VALLADARES, 2005). Esse olhar pejorativo sobre o território favelizado circula nele próprio, mas é exercido com mais violência pela olhar forjado de fora: seja na produção midiática sobre Manguinhos, por vezes sensacionalista e ávida pela espetacularização da violência com fins comerciais; seja no preconceito recorrentemente relatado por moradores em situações cotidianas – como em situações de busca por trabalho ou em corridas de táxi – ou, em casos mais graves, no tratamento diferenciado por parte de policiais. Este conjunto de referências simbólicas relacionadas à cultura urbana hegemonicamente constituída interferem na formação do jovem morador de Manguinhos. Uma formação que põe à disposição destes jovens valores associados ao consumismo, a reafirmação de

hierarquias sociais, à cultura da violência, desvalorização da escola e impossibilidade de mudança do quadro em que vive (BUENO, 2010). Tal estigma histórico do favelado reverbera nos modos pelos quais as violações de direitos são invisibilizadas pelos meios de comunicação de massa – e, conseqüentemente, limitam as possibilidades de conhecimento desse contexto senão pela vivência. Em outras palavras, a ausência do Estado Democrático de Direito é naturalizada em tais territórios, o que os mantém sob a pecha de excepcionalidade em relação aos territórios plenos de cidadania (KOWARICK, 2004). O fato de este ser um cenário não assumido oficialmente pelo Estado produz uma permanente lacuna entre políticas públicas para desenvolvimento social e as urgentes demandas sociais existentes nos territórios de exceção.

A instalação das duas bases de Unidades de Polícia Pacificadoras em Manginhos aconteceu em janeiro de 2013, entoando um discurso oficial de "resgate do território" para a "entrada das políticas sociais". Porém, a prática cotidiana de violações por parte da Polícia – em relatos que discorrem desde a invasão de casas sem mandatos, truculência na abordagem de jovens, proibição de eventos noturnos, até mortes de jovens geradas por conflitos armados – evidencia que o funcionamento precário das prerrogativas constitucionais nesse território ainda é uma constante.

Subjetividade, política e história pública: usos da história local na cidade

Beatriz Sarlo chamou de *guinada subjetiva* ao movimento da área da história e de outras ciências humanas em direção a história de sujeitos comuns e marginais e de coletividades que não se inserem em um paradigma a partir do Estado e ou da Nação, tal como consagrado por diferentes matrizes da historiografia política oitocentista. Desde pelo menos a década de 1970, impulsionados pelos movimentos sociais oriundos deste contexto, sujeitos marginais, ignorados em outros modos de narração do passado, demandam novas exigências de método e tendem à escuta sistemática dos “discursos de memória’, diários, cartas, conselhos, orações” (SARLO, 2007). As mudanças nos objetos da história acadêmica se notaram de maneira mais acentuada na história social e cultural, que deslocou seu estudo para as margens das sociedades modernas, modificando a noção de sujeito e a hierarquia dos fatos, além de destacar os pormenores cotidianos com destaque para o detalhe e o concreto. Mudanças que revalorizaram as fontes testemunhais

orais, as operações de memória, o passado mais recente, as trajetórias biográficas e que, por vezes, tem alcance público e extracurricular (SARLO, 12).

Tomando-se em conjunto essas inovações, a atual tendência acadêmica e do mercado de bens simbólicos que se propõe a reconstruir a textura da vida e a verdade abrigada na rememoração da experiência, a revalorização da primeira pessoa como ponto de vista, a reivindicação de uma dimensão subjetiva, que hoje se expande sobre os estudos do passado e os estudos culturais do presente, não são surpreendentes. São passos de um programa que se torna explícito porque há condições ideológicas que o sustentam. Contemporânea do que se chamou nos anos 1970 e 1980 de ‘*guinada linguística*’ ou muitas vezes acompanhando-a como sua sombra, impôs-se a *guinada subjetiva*. (Idem, 18)

Os debates em torno da chamada história pública parecem seguir esta mesma tendência, não só na direção de novos sujeitos da história, mas na ampliação dos canais de interlocução visando a incorporação do público leitor/ouvinte à produção historiográfica. Está em jogo, neste sentido, o estabelecimento de interfaces entre a produção historiográfica acadêmica e os modos pelos quais as representações do passado aparecem em âmbito público, isto é, usos e apropriações da história em uma comunidade de leitura formada por um público não especialista em história. Uma discussão que, certamente, não é nova, mas tem adquirido contornos acadêmicos específicos, especialmente nestes debates em torno da história pública. Busca-se, assim, dar conta das relações entre as distintas formas de produção, circulação e usos do conhecimento histórico presentes nos debates públicos sobre a história, na produção editorial, áudio-visual, museológica, meios de comunicação de massa, enfim, acentuando a inserção da história nos debates contemporâneos – levanto em conta a dimensão contemporânea correspondente ao tempo em que os enunciados são produzidos e levados ao público. Nas palavras de Juniele Almeida e Marta Rovai:

A história pública é uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões. Num esforço colaborativo, ela pode valorizar o passado além da academia; *pode democratizar a história sem perder a seriedade ou o poder de análise*. Nesse sentido, a história pública pode ser definida como um ato de ‘abrir portas e não de construir muros’, nas palavras de Benjamin Filene. [Grifo meu] (ALMEIDA e ROVAI, 7)

As reflexões sobre a história pública põem no centro da análise o lugar ocupado pelos leitores e ouvintes da história, em caminho semelhante à *guinada subjetiva* conforme

caracterizada por Sarlo. Em ambas, ressalta-se o esforço por uma *democratização da história*, sem a perda do rigor analítico e de critérios metodológicos de inteligibilidade. Referenciado pelo auditório, o interesse da investigação envolve aquilo que pode ser considerado de interesse público em um universo mais amplificado de leituras e usos da história, seja para a conformação de identidades coletivas, subjetividades ou formas de intervenção e atuação dos atores políticos envolvidos.

Trata-se de um mundo que se apresenta ao leitor da história de maneira cada vez mais viva e próxima de seu cotidiano. Neste sentido, o crescente movimento em direção à produção de histórias locais – não apenas por meio da escrita, mas também em exposições, produções audiovisuais, identificação patrimonial, dentre outros – revela um desejo de história movido por diferentes orientações, para além da dimensão propriamente acadêmica: desde a afirmação de identidades locais de comunidades até o uso da história local como referência instrumental para ações políticas de movimentos sociais no tempo presente. Diante dessa multiplicação de sentidos de realidade, construídos por meio do conhecimento histórico de uma determinada coletividade – capazes de definir um local como próprio – notabilizam-se na contemporaneidade a existência de múltiplas formas de tematização e difusão pública das histórias locais.

Márcia Gonçalves entende a história local como o conjunto de experiências compartilhadas de sujeitos associadas a espaços sociais delimitados, levando-se em conta as proporções e as escalas. Neste sentido, o local é uma coletividade que produz sentido sobre si, podendo ser uma cidade, um bairro, uma instituição, em função das redes de interdependência e sociabilidade entre determinados atores no lugar escolhido (GONÇALVES, 177). Por sua capacidade de análise das micropolíticas do cotidiano, a análise em escala local permitiria compreender outros efeitos de conhecimento, deslocando hierarquias e especificidades, evidenciando para os leitores exemplos de proximidade das relações entre grupos e indivíduos, em suas redes e jogos de negociação (Idem, 181). Por meio da análise em escala local, seria possível vislumbrar o desenvolvimento de “outra pedagogia da história, em especial, uma historiografia didática que incorpore o *local*, parta dele e nisso *valorize um caminho de sensibilização que configure a consciência histórica*, na sua materialidade historiográfica.” [Grifo meu] (Idem, 183)

É, portanto, levando em conta novos usos do passado e prefigurações da história, e levando em conta 1. as crescentes demandas pela valorização de novos sujeitos da/na

história, 2. a necessidade de ampliação dos canais de interlocução com o público para além do circuito acadêmico de leitores e 3. A priorização da escala local de análise, valorizando um caminho de sensibilização da consciência histórica, três caminhos que, de certo modo, convergem para um esforço mais amplo da produção historiográfica em promover uma *democratização do conhecimento histórico*, é partindo destas questões que analisarei as condições de produção da exposição itinerante “Manguinhos: território em transe”, sobre a história social do território de Manguinhos. Afinal, como as condições específicas dos moradores de Manguinhos enquanto sujeitos na cidade – sujeitos de um território de exceção portadores de um estigma histórico – afetam o olhar específico deles sobre a história do local em que vivem? E como tal olhar moldou a elaboração da exposição “Manguinhos: território em transe”? Eis as duas perguntas que orientam as linhas que se seguem.

História de Manguinhos em exposição e em trânsito: identidade local e lutas sociais do tempo presente

A exposição itinerante “Manguinhos: território em transe” surgiu com dois propósitos bem claros: fortalecer a identidade local dos moradores res-significando o espaço social em que vivem; intensificar lutas coletivas e organizações políticas no tempo presente, capazes de oferecer respostas aos problemas cotidianos vivenciados por eles. No ano de 2005 foi realizado na Rua Leopoldo Bulhões – uma das principais vias que cortam a comunidade e que conta com a alcunha pejorativa de “Faixa de Gaza”, atribuída por jornais de grande circulação, em função de sucessivos acontecimentos violentos naquela região – um grande evento chamado “Caminho da Paz com Garantia de Direitos”, organizado por instituições locais como o Fórum do Movimento Social de Manguinhos, a REDECCAP e a Fundação Oswaldo Cruz. A ideia era mostrar para a cidade uma imagem diferente de Manguinhos, como polo produtor de arte, cultura, organização e resistência política. Havia ali, também, um lugar dedicado à história: dentre as diversas atividades culturais realizadas na rua, alguns moradores reuniram em cartazes e painéis improvisados, fotos antigas da comunidade que davam conta dos percursos da história local. “Nossa, olha como era diferente!”; “Você lembra desse dia?”; “Naquela época que era bom!”, falas deste tipo podiam ser ouvidas naquele dia, despertadas pelas imagens reunidas ali, pelas fotografias que incitavam lembranças comuns e permitiam o elo entre o que estava ali e o

que não estava mais. Desta coleção de histórias surgiu o embrião de uma exposição que pudesse contar a história de Manguinhos, trazendo para o centro a voz de seus moradores. Tal protagonismo, por sua vez, partia necessariamente do tempo presente, da vivência na favela como território de exceção, logo, indagava por uma história que fosse capaz de instrumentalizar as lutas e ações organizadas daquele momento, capaz, portanto, de construir a relação necessária entre paz e garantia de direitos.

Este propósito fica claro na fala de Patrícia Evangelista, moradora de Manguinhos e integrante da Organização Mulheres de Atitude.

Ainda tenho muitas esperanças para Manguinhos, em toda a minha vida nunca pensei em mudar de Manguinhos para a minha vida melhorar, mas sempre desejei mudar Manguinhos para viver uma vida melhor. Sonho com um lugar onde haja saúde, educação, habitação, oportunidade e trabalho, lazer, esporte e cultura para todos (...) Acredito que levar a história de Manguinhos para todas as pessoas possa ajudar neste objetivo.²

A produção de uma consciência histórica se insere, portanto, em um conjunto mais amplo de ações que visem modificar o olhar sobre aquele território, tornando-o resultado concreto da ação daquelas mulheres e homens que o constituíam, não a imagem negativa construída a partir de fora, como se a violência e a pobreza fossem as únicas marcas de identificação daquele espaço. A história, neste sentido, não viria sozinha e desacompanhada de estratégias concretas para a superação daqueles problemas.

Este uso da história não seria inteiramente contemplado se apresentasse como produto um livro que aguardasse até o momento de chegar às mãos de um leitor para produzir algum efeito. Daí a decisão de investir na produção de uma exposição, mais ainda, que ela fosse itinerante. A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), por meio da sua Coordenadoria de Cooperação Social, catalisou o interesse dos moradores, oferecendo espaço, infraestrutura e expertise para apoiar a realização de uma pesquisa histórica que durou aproximadamente um ano. Havia em curso, sob mediação da organização local REDECCAP – Rede de Empreendimentos Sociais para o Desenvolvimento Socialmente Justo, Integrado e Sustentável – o desenvolvimento de um projeto de ECOMUSEU, no qual uma exposição sobre a história de Manguinhos poderia se inserir.

Em 2011, uma parceria entre FIOCRUZ, REDECCAP e a ONG UADEMA – União Ativista Defensora do Meio Ambiente – iniciou uma pesquisa histórica visando ao

² Entrevista concedida ao autor do artigo em 30 de novembro de 2011.

preparo de uma exposição que contasse a história de Manguinhos³; uma história ancorada pela noção de “território em transe”, isto é, enfatizando as mudanças ambientais e sociais no território ao longo do tempo, a ocupação histórica da favela, lutas sociais e resistências político-sociais que envolveram a chegada e permanência dos moradores ali. Além da utilização de arquivos e bibliotecas públicas – como a Biblioteca Nacional, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, o acervo da Casa de Oswaldo Cruz, o Instituto Pereira Passos e o arquivo do Museu da Maré – em busca de elos entre Manguinhos e a história da cidade do Rio de Janeiro, a pesquisa lançou mão de entrevistas individuais com moradores antigos e recentes – utilizando a metodologia da história oral – e de reuniões ampliadas em espaços comunitários – como o Fórum Social de Manguinhos – e em atividades na Biblioteca Parque Manguinhos. A pesquisa foi acompanhada, em todas as suas etapas, pela presença de um Conselho Local de Avaliação e Monitoramento do Projeto, formado por moradores antigos, pesquisadores da FIOCRUZ e de outras instituições de pesquisa e ensino, professores de escolas públicas, que se reunia periodicamente para fazer balanços e pensar perspectivas do projeto.

Em maio de 2012 a exposição “Manguinhos: Território em Transe” foi inaugurada nas dependências da FIOCRUZ, na ocasião da comemoração do aniversário da instituição. São ao todo 24 painéis dispostos em estruturas facilmente transportáveis e desmontáveis, que cruzam história da favela, da cidade e do país, desde o período da colonização até os dias atuais, por meio de fotografias, mapas, pinturas e textos curtos em formato de boxes (VER ANEXO). Nos títulos dos módulos temáticos é possível acompanhar o eixo que amarra aquele percurso histórico: “Quando tudo era mangue... primeiras disputas no território”; “Primeiras ocupações urbanas em Manguinhos”; “Pesquisas e políticas sociais em Saúde: a FIOCRUZ”; “Trabalhadores em movimento”; “Onde havia mar e mangues, agora há cada vez mais terra firme!”; “Novas Comunidades em Manguinhos”; “Repressão e Remoção na Ditadura Militar”; “Caminhos e descaminhos da cidadania em Manguinhos”. Intencionalmente, a história de Manguinhos dialoga com referências e chaves de análise disseminadas pelo currículo de história do Brasil ensinada na escola, ampliando, assim, a possibilidade de apropriação por parte de professores.

³ Atuei como coordenador da equipe de pesquisa ao longo do processo de pesquisa e implementação da exposição, como bolsista da Coordenadoria de Cooperação Social da FIOCRUZ.

Neste mesmo ano de 2012, além de constituir uma das ações do ECOMUSEU de Manguinhos/ REDECCAP, ela passou a contar com a parceria e expertise do Museu da Vida/ Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ para a realização de oficinas pedagógicas na itinerância da exposição, integrando a agenda de atividades do Museu. Desde então, a exposição circula por escolas, unidades da FIOCRUZ, cursos de EJA e pré-vestibulares, igrejas, aparelhos públicos e em ruas e praças públicas, dentre outros espaços dentro da favela e para além dela.

As palavras de Monique Cruz, habitante de Manguinhos há trinta e dois anos, isto é, desde que nasceu, são sintomáticas acerca do uso que aquele conhecimento histórico adquiriu para a afirmação de uma identidade na favela, voltada para as lutas políticas contemporâneas:

A narrativa histórica como um todo precisa ser disputada, e essa disputa passa diretamente pela apreensão da História, nesse sentido, considero que o olhar pode ser alterado principalmente, pela possibilidade de reconstrução de uma identidade que possa ser valorizada, ao contrário do que costumamos ver majoritariamente sobre moradores de favelas e comunidades mais pobres.⁴

Para ela, como está na fala de boa parte dos moradores, o olhar de morador da favela forja uma maneira específica de compreender a história local, constituinte do modo pelo qual a história daquele território foi narrada ao longo dos módulos da exposição “Manguinhos: território em transe”. A condição deste sujeito na cidade afeta seu olhar sobre a história na medida em que, nos termos de Monique, “constrói sobre si uma subjetividade submissa e apartada do restante da sociedade”, tendo em vista a lógica excludente de um estado de exceção que se manifesta de maneira permanente em territórios favelizados – especialmente pela “existência de poderes paramilitares até o próprio uso do poder armado estatal”.

Um exemplo que evidencia essa relação está nas memórias e narrativas relacionadas a episódios de remoções. A história da ocupação territorial da favela é marcada por diversas remoções de moradores promovidas pelo poder público ao longo do século XX, realizadas em função de projetos de cidade que desconsideravam a história e a cultura local. O ato de remover, em si, carrega a marca de uma relação assimétrica entre Estado/sociedade, considerando a região e o bairro da cidade como critério de definição da

⁴ Entrevista concedida ao autor em 30 de maio de 2017.

cidadania. Sob esse ponto de vista, o removido é um sujeito que se torna objeto pela ação de outro, mas que não abre mão da sua condição de sujeito no momento em que lembra de episódios de remoção, registrando em diversos momentos a relação de violência contida na ideia de remover. É desse modo que Marina Lopes, moradora da comunidade há cerca de cinquenta anos, relata episódios de remoções ocorridas na comunidade CHP2 na década de 1970:

Pra gente ficou uma coisa chocante porque a gente escutava as pessoas gritando, chorando, como se pegassem você dormindo, e te acordassem, jogassem você fora da cama, e jogassem suas coisas fora da sua casa... Isso aconteceu em Manguinhos, foi muito chocante. Quando houve a construção desse viaduto aqui, de Benfica CCPL eram tiradas feito cachorro. Hoje a legislação protege as pessoas com aluguel social, compra assistida etc... A lei era essa ele [o governo] dava a casa e você tinha que ir pra onde fosse...⁵

A produção de uma exposição como a “Manguinhos: território em Transe” lida intensamente com este diagnóstico de “dessubjetivação”, provocada por tantas histórias de remoções e negação de direitos. Mas, ao mesmo, por meio das narrativas dos moradores, aponta para a necessidade de superação deste estigma, orientada por uma perspectiva de cidadania ancorada no remodelamento da subjetividade e na ressignificação das ações políticas do passado e do presente. O conhecimento histórico se apresenta, neste sentido, como instrumento capaz de contribuir para a definição de uma nova subjetividade – por meio de sua identidade e vínculos de pertencimento –, potente e capaz de intervir politicamente na experiência histórica do tempo presente, por meio da organização coletiva. É desta maneira que o morador Neyson Candeias, trinta e nove anos de idade e de morada em Manguinhos, vê a importância da exposição para a formação de uma consciência histórica coletiva.

Acredito que a exposição seja uma forma muito boa para a criação de uma consciência histórica coletiva (...). Através do conhecimento de sua própria história, a maior identificação com ela, pode trazer perspectivas de mudança sobre sua realidade. (...)Toda a precariedade e falta de condições vivenciada pelos moradores desse território atinge diretamente seu olhar sobre a história porque: imagine o quão difícil é se identificar com o que você nunca teve, como falar de direitos pra quem só conhece deveres?⁶

⁵ Entrevista concedida ao autor em 2 de setembro de 2011.

⁶ Entrevista concedida ao autor em 1 de junho de 2017.

Em suma, o morador constrói uma relação de identidade com a narrativa histórica posta em circulação por meio da exposição, mas uma identidade forjada enquanto projeto, a partir das lacunas da experiência histórica cotidiana, isto é, pela capacidade de projetar-se como sujeito e cidadão de direitos, identificado subjetivamente com o seu local de moradia e agente político de transformação de seu futuro. Um conhecimento histórico que se dispõe a instrumentalizar a recusa da objetificação e da lógica da exceção através da constituição de uma relação subjetiva e voltada às lutas sociais do tempo presente.

Conclusão: experiência na cidade e leitura da história

O que está em jogo, decisivamente, em toda a produção que envolve a exposição “Manguinhos: Território em Transe” – desde o projeto original concebido no “Caminho da Paz com Garantia de Direitos”, passando pela pesquisa e definição da concepção que atravessa os módulos, até a circulação dos painéis por meio da itinerância em espaços comunitários – é o propósito em promover uma *popularização e uma democratização do conhecimento histórico*, trazendo para primeiro plano a perspectiva do leitor/receptor, neste caso, o morador. Estamos diante de um caso de história pública produzida sobre aquele território, referenciada no interesse comunitário manifestado por aquele auditório, sem abrir mão do estatuto de verdade subjacente a qualquer produção historiográfica.

A inserção destes sujeitos na cidade molda o olhar que eles constroem sobre a história: eis uma prerrogativa que atravessou estas linhas. Um olhar forjado a partir de um contexto social de experiência marcado pela *hegemonia da negação* dos valores associados à democracia e à cidadania e da reincidência do estigma histórico produzido acerca do morador da favela, forjado na tentativa de negação da própria condição subjetiva.

O efeito provocado pela exposição “Manguinhos: território em transe” junto aos moradores nos revela uma recusa deles em se auto-objetificar, reivindicando, ao contrário, uma *guinada subjetiva* local, nos termos propostos por Beatriz Sarlo. Afinal, estamos tratando de uma história de pessoas comuns e de coletividades que não se inserem em um paradigma que reverencia o Estado ou a Nação, ao contrário, revela as fissuras e a assimetria nas relações sociais constituídas no seio deste Estado. Se a experiência cotidiana na cidade insiste na tentativa de estigmatizar e objetificar, o conhecimento produzido sobre a história local abre caminho para o reencontro destes moradores com a sua condição

subjetiva e sua história. Como desdobramento, identificamos o potencial político deste instrumento: atravessada pelos interesses do público, o conhecimento histórico se dispõe a ser utilizado como instrumento capaz de amparar as lutas políticas do presente pelo direito à cidade e à cidadania, projetando o novo e a transformação positiva daquela realidade, ainda que a experiência histórica vivida por eles, por vezes, insista em afirmar a constância e a determinação.

Bibliografia

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BUENO, Leonardo Brasil. **Território. Participação Popular e Saúde**: Manguinhos em debate. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2010.

FERNANDES, Tania M. ; COSTA, Renato Gama-Rosa . **Histórias de Pessoas e Lugares**: Memórias das comunidades de Manguinhos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

GONÇALVES, Marcia Almeida. “História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância.” In: Ana Maria Monteiro; Arlette Medeiros Gasparello; Marcelo de Souza Magalhães. (Org.). **Ensino de história**: sujeitos, saberes e práticas. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2007, v. 1, p. 175-185.

PINHA, Daniel. “O lugar do tempo presente na aula de história: limites e possibilidades.” **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 99 - 129. jan./abr. 2017. jan./abr. 2017.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem à *favela*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.